

Poder e negociação como relações pedagógicas¹

Renato Pontes Costa

Gênese do problema e definição do objeto de pesquisa

Este texto apresenta a tese de doutorado, intitulada: “Poder e Negociação como relações pedagógicas. Memória da Pesquisa Confronto de Sistemas de Conhecimento na Educação Popular”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-Rio em fevereiro de 2018, sob orientação do Prof. Ralph Ings Bannell (PUC-Rio) e coorientada pelo Prof. Osmar Fávero (UFF). A referida tese realizou a recuperação e a análise de uma experiência de pesquisa, realizada pelo Sapé – Serviços de Apoio à Pesquisa em Educação, na década de 1980, intitulada: “Confronto de Sistemas de Conhecimento na Educação Popular”.

A realização deste estudo objetivou, por um lado, contribuir com o registro de uma experiência datada, que guarda estreita ligação com um período pouco estudado na história da educação popular no Brasil – as décadas de 1970 e 1980; e, por outro lado, a possibilidade de revisitar conceitualmente as concepções que fundamentam a investigação realizada por essa instituição.

Os conceitos presentes na “Pesquisa Confrontos”²: “poder” e “negociação”, materializam algumas das inquietações presentes no campo da educação popular e educação de jovens e adultos desde o início dos anos 1960, referentes à produção de conhecimento por adultos não escolarizados.

O estudo relatado filia-se à compreensão do caráter dinâmico e criativo que caracteriza os estudos sobre a memória contemporâneos: Halbwachs (1990), Le Goff (1990), Nora (1993), Burke (2005) e, nesse sentido, o encontro com a experiência do Sapé recompõe etapas e discussões importantes na história da educação popular no Brasil.

A natureza jurídica do Sapé era de uma Organização Não Governamental (ONG).

¹ Este texto reúne trechos de duas apresentações feitas sobre a tese: a primeira, intitulada: “Análise documental na EJA: reflexões sobre um processo de pesquisa em Alfabetização de Jovens e Adultos”, no VI Seminário Internacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (ALFAeEJA), promovido pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), em 2018, em Porto Alegre – RS; e a segunda intitulada: “A ‘Pesquisa Confronto de Sistemas de Conhecimento na Educação Popular’ – uma contribuição à memória da alfabetização de adultos e educação popular no Brasil”, no GT-18 – Pessoas Jovens e Adultas, na 40ª Reunião Nacional da ANPED, 2021.

² Para facilitar a leitura, ao longo do trabalho passarei a usar a expressão abreviada: “Pesquisa Confronto”, para me referir à Pesquisa “Confronto de Sistemas de Conhecimentos na Educação Popular”.

Essa instituição funcionou por mais de 20 anos e, nesse período, atuou de forma prospectiva e criativa nos campos da Educação Popular e Educação de Jovens e Adultos. A sua fundação, em 1987, é marcada pela realização da “Pesquisa Confronto de Sistemas de Conhecimento na Educação Popular”, que se configurava como uma investigação/ação com alunos jovens e adultos, numa situação de aprendizagem de leitura e escrita (alfabetização). A pesquisa tentava captar a forma como esses jovens e adultos em processo de alfabetização se colocavam diante dos temas apresentados nas aulas e criavam pensamentos próprios frente aos desafios da aprendizagem da leitura e da escrita, subjacente a esses temas.

Nesse trabalho, os pesquisadores eram também os alfabetizadores. O processo de aprendizagem da leitura e da escrita foi orientado com base nos pressupostos da pesquisa e, passo a passo, registrado em diários de campo. Foram também realizados alguns seminários sobre alfabetização de adultos, com o intuito de aprofundar a compreensão da temática, direcionar a atuação em sala de aula e redimensionar constantemente o trabalho de pesquisa.

O projeto de investigação desenvolvido pelo Sapé foi finalizado em 1990 e a equipe tinha intenção de trabalhar os dados e os desdobramentos por ele apontados, mas devido à falta de financiamento isso não foi possível. Apesar de o Sapé não estar mais em atividade, todo o acervo da pesquisa – relatórios, diários de campo, transcrições dos seminários, produções dos alunos, entre outros – encontrava-se arquivado e em perfeito estado, o que possibilitou a realização do estudo.

Com a proposta de entender o processo de elaboração do pensamento de um grupo de adultos em processo de aprendizagem da leitura e escrita, a pesquisa chega como resultado do processo de investigação a duas grandes categorias que, de alguma forma, revelavam temáticas bastante presentes nas discussões em torno da educação popular nos anos 1980: a relação entre “poder” e “conhecimento”, conforme Rocha (1980), Garcia (1985), e Garcia (1986), nas experiências educativas e, na sequência disso, a relativização desse poder expressa na prática dos educadores, numa relação de “negociação de saberes” em sala de aula. Assim, “poder” e “negociação” foram as categorias pelas quais o Sapé buscou entender a relação pedagógica entre os diferentes sistemas de conhecimento que entram em “confronto” no contexto da sala de aula. (BEZERRA e RIOS, 1995)

Nesse sentido, a pesquisa desenvolvida pelo Sapé propôs-se a investigar o tema da aprendizagem por um caminho que vai na contramão da padronização do conhecimento, procurando reconhecer a singularidade dos processos de aprendizagem implementados por

jovens e adultos em processo de alfabetização e apostando na afirmação da diferença como aspecto potencial para a produção de novos conhecimentos. Isso parece demonstrar que a pesquisa desenvolvida por essa instituição e as questões por ela investigadas não só estavam antenadas com as perguntas historicamente formuladas no campo da educação popular como são ainda pertinentes, mesmo tendo se passado quase 30 anos da sua formulação original.

A recuperação da pesquisa “Confronto de Sistemas de Conhecimentos na Educação Popular” representa, então, uma opção metodológica que se insere na “ética e responsabilidade com o campo pesquisado”, no sentido bakhtiniano do termo (Amorim, 2007). Dessa forma, recuperar a experiência do Sapé, no contexto de reestruturação do campo da educação popular nos anos 1980, configura-se como um ato político que discute relação existente entre “história e poder” (NEVES, 2004).

Esse trabalho também se propõe a dar visibilidade a essa importante experiência de investigação e às questões que ousou enfrentar. Uma experiência que, por mais relevante que seja, tenderia a desaparecer da memória histórica do país – algo, aliás, muito recorrente no campo da educação popular. Por isso, recuperar a experiência de pesquisa do Sapé, representa, como na alegoria apresentada por Walter Benjamin, o desafio de “fazer história com os cacos da história” (PEREIRA, 2012), com aquilo que está esquecido, com o que não teve a visibilidade nos espaços de reconhecimento acadêmico.

O percurso do trabalho de campo: entre a pesquisa com documentos e a memória oral

Antes de apresentar como se deu o processo de pesquisa propriamente dito, é necessário fazer algumas considerações que revelam traços importantes no desenvolvimento desse estudo. A primeira delas diz respeito ao trabalho com os documentos do acervo do Sapé. Trata-se de um volume grande de documentos que se encontravam apenas guardados, sem qualquer forma de catalogação. Isso demandou um “mergulho” no material empírico (usando aqui toda a dimensão que a figura de linguagem propicia). Esse “mergulho” gerou uma espécie de contato íntimo, processual, lento e cuidadoso com todo esse acervo.

Esse contato representou uma primeira forma de entrada no universo da “Pesquisa Confronto”. Foi preciso criar toda uma ordenação, organização e classificação que resultou numa codificação própria para cada documento, visando possibilitar seu manuseio e referência. Esse contato foi fundamental para a primeira fase da pesquisa, denominada de

fase exploratória. De acordo com Munteal Filho, é nesse contato lento e processual que a pesquisa vai se desenhando, tomando forma e indicando quais elementos podem e devem ser considerados como relevantes:

O rompimento com a frieza dos arquivos se dá em parte com o interesse do pesquisador pelo seu tema, aliado a uma espécie de sensibilidade para a leitura das fontes, para o que nelas está contido, fazendo com que o investigador aos poucos estabeleça uma relação de intimidade/distanciamento crítico. Sobre essa dimensão do problema o historiador Luciano Figueiredo oferece uma contribuição muito rica: “mesmo com toda a frieza que carregam normalmente os documentos históricos, em alguns deles – decerto poucos – o tempo não consegue amenizar o impacto. E quanto maior a identificação que com ele estabelecemos maior é também o choque, pois, afinal, nossa sensibilidade está em jogo. (MUNTEAL FILHO, 1998, p. 279)

A análise documental envolve um processo que vai do simples contato ao mergulho profundo no material para proceder à organização do acervo. Nesse sentido, a catalogação do acervo documental passa a ser mais que um dado frio de arquivo para ser um instrumento de entrada na pesquisa e de construção de uma relação com o material empírico. Chamo atenção, nesse momento, para o fato de que não se trata de uma catalogação mecânica, que poderia ter sido feita, sem maiores problemas, por um arquivista. A ordenação do material representou uma etapa importante do processo de pesquisa, pois possibilitou a construção de caminhos e opções que influenciaram não só as etapas posteriores, mas o próprio delineamento do estudo a ser desenvolvido.

A segunda consideração a ser feita é que o trabalho de recuperação da “Pesquisa Confronto” não se deu apenas através da análise documental. Valeu-se também do registro oral da memória de pessoas que viveram um processo mais amplo do que o escopo da pesquisa propriamente dita, mas que têm relação com a proposta de investigação feita pelo Sapé. Essas pessoas foram, de alguma forma, responsáveis pela configuração desse campo de conhecimento, que hoje se chama educação popular no Brasil, e pelas mudanças e reconfigurações ocorridas nele ao longo dos tempos.

Esses registros de memória oral foram coletados de diferentes maneiras. A primeira delas, e talvez a mais significativa, ocorreu durante a etapa de organização dos documentos. Como todo o acervo da pesquisa encontrava-se guardado na casa de Aída Bezerra³, foi inevitável acontecerem muitas “conversas espontâneas” com ela durante o

³ Maria Aída Bezerra Costa, pode-se dizer afoi umas das fundadoras do Sapé e idealizadora da Pesquisa Confronto. Aída é pernambucana de Recife e concluiu, ainda na década de 1950, o curso de Serviço Social. Trabalhou na organização das comunidades rurais no interior do estado de Pernambuco e posteriormente, foi coordenadora estadual do MEB nesse estado. Depois de 1964, por conta da repressão criada pelo Governo Militar, viveu na França, onde fez um curso equivalente a um doutorado em Sociologia. Voltou ao Brasil em

processo de catalogação do material. Chamo de “conversas”, porque não se tratava de entrevistas previamente pensadas. Algumas vezes tentei gravar, mas Aída ficava pouco à vontade. Quando ligava o gravador a conversa não fluía bem.

Esses encontros foram registrados em tópicos em um caderno de campo que, claro, carregam a marca da subjetividade. Mas os registros foram importantes para trazer à tona alguns aspectos que direcionaram o curso desse estudo. Um deles, talvez o mais explícito, foi a questão dos antecedentes da “Pesquisa Confronto”.

A pesquisa não é só o que foi feito na pesquisa. As questões não nasceram ali. Ela estava cheia de muita coisa. Tinha muitas experiências que vinham atrás dela. Ou seja, a “Pesquisa Confronto” não começa com a sua formulação nos anos 1980. Ela carregava muitas perguntas que vinham sendo feitas desde os anos 1960 e que não encontravam lugar nas experiências desenvolvidas desde então para se aprofundar, visualizar, responder, a essas perguntas (Diário de campo, jan. 2016).

Nessas “conversas”, Aída, falava bastante da vivência e da experimentação de caminhos feita no Movimento de Educação de Base (MEB) e, posteriormente, de como surgiu, nas assessorias em alfabetização de adultos desenvolvidas pelo Nova Pesquisa, Assessoria e Avaliação em Educação, a ideia de que as antigas perguntas forjadas no campo da educação popular se transformassem em uma experiência de pesquisa.

Por meio dessas “conversas” foi ficando mais claro que não se poderia falar sobre a “Pesquisa Confronto” apenas a partir de sua formulação nos anos 1980. Era necessário voltar um pouco no tempo e recuperar uma trajetória anterior em que se forjaram questões sobre alfabetização de adultos e sobre como se processava, de fato, o pensamento de um adulto que se aventurava nessa relação com a escola e no aprendizado da leitura e escrita. Passei a chamar esse recuo na história de “antecedentes da pesquisa do Sapé”.

A aproximação com os antecedentes do trabalho do Sapé se constituiu, então, como parte fundamental da recuperação da “Pesquisa Confronto”. Não seria possível entender plenamente a proposta construída pelo Sapé sem recorrer ao percurso feito pelas pessoas que integravam sua equipe e sem entender as questões construídas historicamente no campo da educação popular e que a pesquisa tentou enfrentar. Portanto, a tentativa de recuperação desses dois momentos históricos, por meio de duas experiências

1970 e em 1971 participou da articulação de um seminário nacional que congregou militantes da educação popular no Brasil e que deu origem ao Nova Pesquisa, Assessoria e Avaliação em Educação, do qual também foi uma das fundadoras e onde atuou até meados dos anos 1980. Quando saiu do Nova, junto com Rute Rios, criou o Sapé e, com ele, levou a cabo a realização da Pesquisa Confronto. Atuou no Sapé durante toda a existência dessa instituição, entre 1987 e 2007. Depois disso, integrou por um tempo a equipe de formadores da Capina – Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa, em projetos de formação de assessores de empreendimentos de economia dos setores populares.

específicas – o MEB e o Nova – representam parte fundamental desse trabalho e que recupera, por outros vieses, a história da educação popular no Brasil.

As “conversas espontâneas” com Aída mostram muito claramente a importância do relato oral e da memória sobre o processo vivido, para a configuração do roteiro dessa proposta de tese, embora isso não estivesse previsto. O contato com a memória oral que recupera esse período se deu também através de outros três materiais: dois deles publicados durante o último ano de realização deste estudo e mais um que, embora tenha sido produzido há algum tempo atrás, foi publicado somente em 2016.

O primeiro desses materiais foi um livro organizado por José Ricardo Ramalho e Neide Esterici, publicado em 2017: “Militância política e assessoria: compromisso com as classes populares e resistência à ditadura” (2017). O livro de 358 páginas, construído com base na Comissão Nacional da Verdade, reúne um conjunto de entrevistas com educadores que viveram o auge das experiências dos anos de 1960, os confrontos com a ditadura e o desenho de novas estratégias de resistência à repressão.

O segundo material, intitulado “Nos bastidores da memória: 50 anos de educação popular no Brasil – 1965/2015” é, também, um conjunto de entrevistas publicadas em forma de DVD, contendo cerca de três horas de gravação editadas. Organizado por Osmar Fávero e Gerson Tavares (2017), esse material é resultado de um projeto feito pelo Cremeja – Centro de Referência e Memória da Educação de Jovens e Adultos, sediado na UENF – Universidade Estadual do Norte-Fluminense e na UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, através do edital PROEXT 2013/SESU/MEC. O projeto buscou registrar a memória de educadores populares envolvidos nos movimentos de educação e cultura popular desde a década de 1960.

Um terceiro material menos utilizado, mas que igualmente contribuiu para uma retomada da memória histórica da educação popular, foi a tese de Maria Clarisse Vieira, defendida em 2006 e publicada em livro em 2016: “Memória, história e experiência: trajetórias de educadores de jovens e adultos no Brasil”. Nesse trabalho, a autora revisita a história da educação popular nos anos de 1960, por meio das memórias de cinco educadores nela envolvidos: Osmar Fávero, Vera Barreto, Luiz Carlos Barreto, Aída Bezerra e Renato Hilário.

Por fim, uma terceira consideração importante a ser feita é que o processo de construção deste estudo foi se desenhando pela imersão no campo, na interação com os documentos e no contato com o registro recente de todas essas memórias. Isso significa dizer que o caminho proposto inicialmente se configurou como uma projeção do que devia

ser feito mas, à medida que o contato com o material empírico foi avançando e o aprofundamento teórico sendo feito e refeito, foi ficando claro o caminho metodológico a seguir. Nesse momento percebi que o trabalho de pesquisa, mais que qualquer outra coisa, estruturava-se como uma contribuição à memória da educação popular no Brasil.

Organização do material documental existente no acervo do SAPÉ

Como dito anteriormente, do ponto de vista metodológico, a pesquisa desenvolvida se baseia em grande parte na análise de documentos existentes no acervo do Sapé sobre a “Pesquisa Confronto”, complementada com relatos orais sobre a pesquisa e sobre a história da educação popular no Brasil.

A interação com o material documental e ordenação do acervo da Pesquisa Confrontos foi feita em três etapas distintas, a saber:

(a) Identificação de dez categorias de documentos que passaram a ser chamados de séries

Havia, no acervo do Sapé, 12 caixas-arquivo com uma etiqueta de identificação, nas quais se lia: “Pesquisa Confronto de Sistemas de Conhecimento na Educação Popular”. Esse material foi guardado no momento em que o Sapé tomou a decisão de desmontar a sede localizada no Prédio da Associação Palácio das ONGs (Palong), no centro da cidade do Rio de Janeiro, no final do ano de 2006 e início de 2007. Na ocasião, o Sapé tinha finalizado as atividades de seu último projeto: o *Almanaque do Aluá* n° 2 e, com isso, achou por bem encerrar a atuação dessa instituição, depois de 20 anos de existência. A sala onde funcionava o Sapé foi cedida a outra instituição.

Devido ao grande volume de material existente, encerramento das atividades da instituição, todo o acervo teve que ser revisado para identificar o que era importante guardar e o que podia ser descartado. Depois, esses materiais foram alocados em caixas-arquivo, identificadas com etiquetas contendo o nome dos projetos. Havia, ainda, o desejo de organizar uma ação que envolvesse a catalogação, digitalização e disponibilização do acervo, o que não aconteceu. Todo o material ficou, desde então, guardado na casa de Aída Bezerra.

O fato de existirem 12 caixas identificadas como materiais referentes à pesquisa “Confronto de Sistemas de Conhecimentos na Educação Popular” não significava que os materiais encontrados nessas caixas eram, de fato, referentes à pesquisa. Eles estavam

apenas armazenados, guardados da forma como foi possível, considerando o momento de decisão sobre o fechamento do Sapé e a urgência de entrega da sala para outra instituição.

Feito esse pequeno histórico de como foram armazenados os documentos, fica óbvio dizer que antes de pensar qualquer proposta de estudo desse material ele precisaria ser identificado, organizado e categorizado. Para tanto, a primeira etapa do trabalho de campo foi a catalogação de todos os documentos existentes nessas 12 caixas, o que se constituiu como fase exploratória da pesquisa. Um trabalho longo, mas extremamente necessário. Essa ordenação teve como objetivo não apenas facilitar o manuseio dos documentos, mas também servir de base para o reconhecimento e a identificação de cada material, ajudando na seleção de quais seriam mais importantes explorar em cada etapa.

A realização dessa fase possibilitou a identificação de todo o material existente no acervo do Sapé sobre a “Pesquisa Confronto”; o reconhecimento de materiais em duplicidade (inclusive aqueles que estavam em caixas diferentes) e a criação de uma primeira etapa de categorização.

Para facilitar a guarda e o manuseio dos documentos, cada um deles foi colocado numa folha de papel A3 – 90 gr., dobrada ao meio, formando uma espécie de pasta, indicando-se nela o tipo de documento ali encontrado. Esse trabalho exigiu bastante atenção e cuidado, pois se tratava de documentos antigos que necessitavam higienização (retirada de grampos ou clips enferrujados etc.). Além disso, o trabalho precisou ser, algumas vezes, refeito.

À primeira vista, o documento parecia fazer parte de uma série, mas no decorrer do trabalho de catalogação ele na verdade pertencia a outra e, por isso, ficaria melhor localizado em outra caixa. Nessa fase da pesquisa, não era possível ler os documentos na íntegra, mas uma leitura dinâmica de cada um foi necessária. Era preciso reconhecer o tipo de material existente no acervo e fazer uma primeira classificação.

Outra observação importante é que, em um primeiro momento, o trabalho foi feito caixa por caixa, uma de cada vez. Mas, depois de passar por todas elas, foi preciso juntar o material todo e, então, reordenar as caixas para montar os conjuntos de documentos afins, pois estavam dispersos em diferentes caixas, sem um critério previamente definido.

De imediato, duas caixas foram descartadas. Elas continham fitas K7 usadas para o registro de áudio das entrevistas realizadas com professores e alunos do processo de alfabetização e dos seminários realizados ao longo do trabalho. Todo esse material já havia sido transcrito e as transcrições encontravam-se no acervo. As fitas, devido ao tempo, já

não estavam mais em condição de uso. Desse trabalho resultou a classificação do material em dez caixas, cada uma delas com um grupo de documento, de acordo com as categorias abaixo elencadas:

Tabela 1 – Classificação do material empírico da Pesquisa Confronto, por séries

SÉRIE A	A pesquisa “Confronto de Sistemas de Conhecimento na Educação Popular”: gênese e primeiras formulações, desenvolvimento do processo e sínteses produzidas
SÉRIE B	Registros de reunião de equipe e transcrições das entrevistas com alunos e professores
SÉRIE C	Diários de campo
SÉRIE D	Produções dos alunos e avaliações
SÉRIE E	Seminários de alfabetização de adultos
SÉRIE F	Mapeamentos temáticos
SÉRIE G	Pesquisa Confrontos de Sistemas de Conhecimento na Educação Popular – Vertente: Educação Política
SÉRIE H	Pesquisa Confrontos de Sistemas de Conhecimento na Educação Popular – Vertente: Produção Associada
SÉRIE I	Relações Institucionais, Assessorias e Projetos do SAPÉ
SÉRIE J	Documentos históricos do SAPÉ

(b) Montagem de dez tabelas relacionando e caracterizando cada tipo de documento

Passado esse primeiro momento de contato e reordenação do material, os documentos precisavam ser listados para que se pudesse ter uma visão global do acervo, a fim de dimensionar, de forma precisa, o volume real do material existente. Foram, então, criadas as séries e os documentos descritos de acordo com a Nbrade-Norma Brasileira de Descrição Arquivística, reunindo o maior número possível de informações sobre cada documento, a saber: número de ordem; tipo de documento; título; autor (se houver); data; número de páginas; observações.

A realização desse trabalho possibilitou ajustes na identificação dos documentos feita inicialmente, reunindo materiais iguais que ainda estavam em pastas separadas. Nesse momento, foi possível também perceber que o nome e a numeração das caixas, bem como

a forma como se nomeavam os documentos (ou seja, aquilo que havia sido escrito na folha A3), também precisavam de ajustes. Viu-se que seria importante escrever na folha A3 exatamente o título que se encontrava no documento e não tentar dizer com as próprias palavras de que material se tratava. Esses ajustes foram sendo feitos à medida em que eram produzidas as séries.

Tabela 2 – Classificação dos documentos catalogados nas séries

SÉRIE – C		Diários de campo					
Nº	TIPO DE DOCUMENTO	TÍTULO	AUTOR (SE TIVER)	DATA	Nº DE PÁG.	INFORM. ADICIONAIS	
01.	Diário de campo Pesquisa “Confronto de Sistemas de Conhecimento na Educação Popular” – vertente: alfabetização de adultos	01.			1997	164	
			Diário de campo 1 ⁴ : com início dos registros em 05/11/1997				
		02.			1998	390	
			Diário de campo 2: com início dos registros em 26/2/1988				
		03.			1988	361	
			Diário de campo 3: com início dos registros em “matrícula em 8/3”				
		04.			1988/1989	379	
	Diário de campo 4: com início dos registros em 17/3/1988						
	05.			1988	375		
	Diário de campo 5: com início dos registros em 12/10 – quarta-feira						
	06.			1989	62	Páginas de 391 a 453	
	Diário de campo 6: com início dos registros em 19/6/1989						
	07.			1989	82	Páginas de 380 a 462	
	Diário de campo 7: com início dos registros em 5/6/1989 (*)						

⁴ Numeração feita para identificação dos diários na tese. Não é uma numeração original feita na pesquisa Confronto de Sistemas de Conhecimento na Educação Popular.

02. Diário de campo Pesquisa “Confronto de Sistemas de Conhecimento na Educação Popular” – vertente: Educação Política	01. Diário de campo 1: com início dos registros em 6/10/1988	1988	42
	02. Diário de campo 2: com início dos registros em 18/3/1989	1989	100

(c) Criação de uma codificação própria para a pesquisa

Além de todo o trabalho de ordenação e classificação do acervo foi necessário também criar uma codificação própria para possibilitar a identificação dos materiais no momento em que fosse necessário os referenciar ao longo do trabalho. Para tanto, foi usada, em caixa alta, a letra que identifica a série, indicando assim em que caixa o material se encontrava; em seguida o número correspondente ao tipo de documento e, então, o número do título do documento.

Além disso, para fazer-se qualquer referência a um desses materiais no corpo do trabalho, acrescentou-se a essa codificação o nome do Sapé, a fim de indicar que se tratava de um documento do acervo dessa instituição. Por exemplo, o documento (SAPÉ, C.01.03), refere-se à série C: “Diários de Campo”; ao tipo de documento 01: “Diário de campo – Pesquisa “Confronto de Sistemas de Conhecimento na Educação Popular” – vertente: alfabetização de adultos”; e ao título do documento 03: “Diário de campo 3: com início dos registros em matrícula em 08/03”.

Análises e resultados do processo: confronto de saberes e negociação cultural

Depois desses dois anos de trabalho de campo, a equipe do Sapé se debruçou sobre todo o material produzido no processo e, com isso, foram identificadas sete fontes de coleta de dados sobre o percurso da pesquisa, como apontam Bezerra e Rios (1995, p. 14): os diários de campo; entrevistas iniciais com alunos no momento da matrícula; reuniões semanais dos alfabetizadores-pesquisadores; seminários temáticos e avaliações do percurso da pesquisa; a produção dos alunos em sala de aula – que foi chamado de linguagens expressivas; avaliações do rendimento escolar; entrevistas com alunos/histórias de vida.

Todo esse material, a começar pelos diários de campo, foram analisados no ano seguinte e, com base neles, elaborado um “índice unificado das fontes de registro”⁵ (SAPÉ, F.013.01-03), ou seja, uma listagem de questões ou temas que apareciam em cada um desses documentos.

No caso dos diários de campo foi elaborado um índice para cada diário e, depois, um índice geral fundamentado em todos. O índice geral dos diários de campo serviu de base para a codificação das demais fontes de registro. Em seguida, foi feita a junção de todas as codificações temáticas que deram origem a um único índice contendo um conjunto de temáticas representativas do trabalho desenvolvido nos dois anos de atividades. Esse índice apontava nove grandes temas presentes no desenvolvimento da Pesquisa Confronto. São elas: o sentido da alfabetização; a questão do método na alfabetização; as linguagens expressivas diversificadas; o ritual escolar; a construção da identidade; os frutos do confronto: nosso “enraizamento”; a rotatividade; educação popular; o tratamento da pesquisa.

Não é possível, neste artigo, explorar todas as análises feitas sobre cada um desses temas. Destaco, então, apenas o item 6 – Os frutos do confronto, como forma a apresentar, ainda que brevemente, os resultados que este estudo foi capaz de produzir.

Os frutos do confronto

Pelo menos dois grandes eixos de discussão e aprendizagem surgiram das atividades de expressão das identidades dos alunos: a questão racial e a cultura de origem dos alunos.

(a) a questão racial

No momento inicial, quando os alunos escreveram seus nomes e, junto deles, colocaram um adjetivo que os identificasse, a aluna Amélia se caracterizou com a frase: “Sou mulata e bonita”. Essa frase gerou muitas discussões pelos alunos referente à questão da cor e, nessa direção, à questão racial.

Aí rolaram dois temas: cor e namoro. Cor é que foi a discussão interessante. Ninguém gostava de preto. Nem Amélia mesmo já se assumindo preta. Afirmou que não gosta-

⁵ Todos os índices temáticos construídos nessa etapa encontram-se no acervo do Sapé. Na catalogação feita em nossa pesquisa, os índices temáticos correspondem à série F, contendo 13 tipos de documentos e 35 títulos de documentos. Esse material soma 281 páginas de análises feitas com base nos materiais de coleta de dados.

na de sua cor. Isaias também não gostava de preto. Amélia enfrentou-o perguntando se eles estivessem numa dança, se ele não a tiraria para dançar só por que ela era preta. Ele consentiu: não gosto é de homem preto. Diário de Campo 02, 21/3/1988 (SAPÉ, C.01.02, p.22)

A frase de Amélia sintetizava um conteúdo de aprendizagem tanto no campo da alfabetização propriamente dita, pois era uma frase de sílabas simples; quanto um conteúdo mais amplo em relação às questões raciais. Isso levou o grupo de professores a pensar bastante no caso, como vemos no debate durante o I Seminário.

Rute – E antes disso houve outra situação em que a gente ficou perdido, sem saber como encaminhar. Mesmo em março quando começou a pintar a questão do racismo, a questão da cor, constatamos e ainda nos perguntamos como a gente poderia entrar nisso. Mas, na verdade, a gente não deu sequência a coisa. Negro, branco, mulato, o que isso significa e como isso está presente na vida deles?

Aída – É, constatávamos que estava muito presente. Aí foi o primeiro dado de identidade que eles afirmaram negando. Isso ficou descontinuo na minha cabeça. Dentro desse começo e a descontinuidade, um começo que foi marcado, pela gente notar que toda uma série de afirmações que não tinham, nada a ver na cabeça da gente com a cultura deles, uma negação quase, a luta pelo reconhecimento na cidade, portanto, uma negação da fase das origens, e o final do trabalho. Agora, a questão do número, que é o contrário. Que era a afirmação da cultura e origens. Então você começa negando e termina afirmando. (...) I Seminário de Alfabetização de Adultos, 11 a 13/7/1988 (SAPÉ, E. 03. 02, p. 3)

A maneira de lidar com essa situação está relatada por Bezerra e Rios (1995, p. 20):

Tínhamos assim sintetizado numa única frase (Amélia é mulata e bonita) um assunto controverso que, trabalhado sob a ótica da pedagogia da conscientização, seria certamente objeto de longos debates permeados de informações sobre a formação racial brasileira, sobre a igualdade de direitos dos seres humanos, sobre o que diz a legislação vigente a respeito da discriminação racial, etc.

Este não era o nosso caminho. O reconhecimento das diferenças ali presentes nos impulsionava a investir numa alternativa distinta da conversão intelectual a um ponto de vista condizente com os princípios éticos/políticos que fundamentam uma relação democrática. Ou seja, diante do preconceito, da intolerância e da autorrejeição manifestadas não nos convencia a resposta da substituição de um discurso por outro, ainda que esse outro fosse produzido pela via do debate amplo em sala de aula.

Os professores abandonaram o lugar de “conscientizadores” e instigaram à discussão da questão e o conflito de ideias do próprio grupo, até que se chegasse a um consenso, uma negociação sobre o tema.

(b) A cultura de origem dos alunos

Como dito anteriormente, havia todo um investimento na identidade e na expressão dos alunos. A oralidade e o pensamento deles eram transformados em matéria de aprendizagem e de discussão de conceitos no desenvolvimento das aulas. Nesse sentido, havia uma preocupação com o registro dessa oralidade, que se encontrava sempre atravessada pela cultura de origem dos alunos: histórias, sabedorias ancestrais, remédios caseiros, recordações, músicas, receitas, entre outras.

A maior expressão desse trabalho se deu na organização da festa junina. Os alunos participaram ativamente do processo, pensando toda a festa e, a certa altura, assumiram a organização e a condução das atividades. Um exemplo disso está relatado sobre o ensaio da quadrilha:

Isaias gritando a quadrilha e eu e Cleide ajudando. Anarriê!. Tradução: é para todos os pares andarem para o cumprimento no meio do salão (marcado por uma lista de giro). “Cada quem nos seus lugá”. Volta. De novo: “anarriê!”. Isaias diz que tem que ser “três vez”. Ai Chico só fica reclamando. “Tá tudo errado”. “Tá uma vergonha”. “Não é assim”. Chico é de um autoritarismo ímpar, incômodo. (...)

Eu comecei a anotar no quadro o caminho deles.

Anarriê – balancê – cumprimento de cavalheiros – cumprimento de damas – balancê. E lá vai – Cleide anota tudo.

Eles não estão satisfeitos com o desempenho.

Para mim, naquela ocasião, o importante era recuperar a quadrilha que tinha na cabeça deles. Por exemplo, preparar para a chuva é com os braços esticados sobre a cabeça, de frente. Agora se gritar choveu, não sei qual é o gesto. A cobra, uma hora cai pelo chão e volta o caminho da roda... outra hora dá uns pulinhos mas continua a dançar no mesmo sentido.

Outra coisa: o galope atravessa na transversal, mas dançando.

Vamos criar o grande galope. Bouquet de rosas, bouquet de espinhos. Não foram ensaiados.

Muito caracol.

10 horas. Todos cansados. Encerramos. Estão achando muito pouco só mais dois ensaios. Vamos ver. Diário de Campo 02, 16/6/1988 - (SAPÉ, C.01.02, p. 86-88)

A festa junina virou aula e a aula virou festa. As histórias, as receitas, a própria quadrilha e suas marcações foram alvo de muitas aulas, baseadas nos relatos feitos pelos alunos.

Resolvemos juntar a turma toda.

Consultamos, nenhuma reação, mais cara de assentimento. Que tal a gente trabalhar sobre a festa de S. João. A nossa cabeça está em festa. Não há mais nada a combinar, disse Cleide. É.

Mas trabalhar como? Ai eu segui: vamos trabalhar e ver com a festa de S. João. Vale tudo inclusive, as lembranças de infância de nossa vida no lugar que a gente nasceu.

Pronto. Animação. Ai lá vem palavras: canjica, milho, pamonha, fogueira, pé de moleque, roupa nova, balão, bandeirinha, fogos, forró, sanfoneiro, chapéu, quadrilha, bombinha, pandeiro, zabumba, triangulo, casamento, noiva, noivo buscapé, sorte, bacia d'água, comadre de fogueira, bolo e batata. Mas foi tudo saindo devagar, entremendo histórias de sorte, tradições, lembranças. Nete disse: roupa nova. Alguns estranharam. Ela confirmou, faz parte sim. Na festa de S. João lá no meu lugar é tempo de fazer roupa nova. Eu reafirmei. Diário de Campo 02, 21/6/1988 (SAPÉ, C.01.02, p.96)

Depois ela e outros lembraram a tradição da "comadre de fogueira" Chamei ela pro centro da sala pra gente fazer pra todo mundo ver. Fogueira no meio (imaginária), uma de um lado da fogueira e a outra do outro; dar-se as mãos e dizem juntas: " – São João pediu, São Pedro confirmou, que nós fosse comadre que Jesus Cristo mandou". Pula a fogueira de um lado pra outro. "Boa noite, comadre – boa noite, comadre (ou bom dia se for no outro dia, nas cinzas)". José também sabia, todo mundo deu pitaco. E José acrescentou, quando ele disse que se tivesse labareda não dava pra atravessar. Cada um pega um pau da fogueira, faz uma cruz, dá-se as mãos, diz a s palavras e dá uma volta em torno da cruz. E o último cumprimento o compadre: "Ó - boa noite compadre! – boa noite compadre!". Depois cada um pega o seu pau e devolve para a fogueira.

Depois veio Cândida com a história da bacia d'água e do espelho, ajudada por Ailton. A bacia com água – olhe a cara – se não ver, no S. João do ano seguinte não está vivo. Você tem que colocar dentro da bacia uma brasa da fogueira. O espelho tem que ser virgem. Meia noite acende uma vela e olha no espelho, contou Cleide. Macabro, não?

Apareceu a história da aliança no copo d'água. Pega um copo d'água (pode ser de Sto. Antônio), amarra a aliança numa corda (linha) e fica segurando com a mão paradinha a aliança dentro do copo sem tocar na água. O número de vezes que a aliança tocar no copo é o que falta em anos para a pessoa casar. Cleide disse que deu certo para ela. Diário de Campo 02, 21/6/1988 (SAPÉ, C.01.02, p. 97-99)

Contei a história da moeda que aconteceu com minha mãe, aproveitando que eles lembraram. É assim: apanha uma moeda (antigamente era um vintém) joga dentro da fogueira e no dia seguinte procura nas cinzas. Se não achar é porque não vai casar. Se achar, guarda a moeda e espera o primeiro pedinte e dá de esmola. Procura saber o nome do pedinte (homem), e o que ele disser vai ser o nome do futuro marido. Com a minha mãe deu certo.

Também tem a história da faca enfiada na bananeira. Meia noite enfia uma faca virgem no tronco da bananeira. No outro dia, a seiva da bananeira deve haver letras. Ali tem que ser lido as iniciais ou o nome do futuro marido. Diário de Campo 02, 21/6/1988 (SAPÉ, C.01.02, p. 100)

Os itens acima apresentados representam algumas das dimensões presentes no trabalho de pesquisa desenvolvido pelo Sapé. Nelas a questão do confronto e da negociação aparecem como parte do cotidiano da prática educativa implementada no trabalho de campo. Nos trechos acima relatados, pode-se perceber que uma qualidade outra de relações pedagógicas foi estabelecida com esse grupo de alunos, considerando-os como parte ativa da construção do conhecimento.

As questões de aprendizagem interpelavam simultaneamente os dois polos de conhecimento imbricados na experiência, professores e alunos, fazendo emergir suas maneiras de pensar, de desalojar crenças e de expressar vontades, desejos e afetividades. A relação de poder foi relativizada dando espaço para a construção de alianças e negociações em relação ao que estava sendo aprendido-ensinado-descoberto.

Em uma reflexão breve sobre o trabalho de alfabetização desenvolvido nessa experiência, poderíamos nos perguntar sobre eficácia das ações e seus resultados, ou seja, ao final de dois anos esse grupo de alunos foi alfabetizado? Sem tentar responder a essa indagação, pois essa pergunta abre muitas nuances a respeito da questão da alfabetização, é preciso lembrar, em primeiro lugar, que esse trabalho se inscreve num horizonte de pesquisa.

A sala de aula era um universo no qual se estava tentando experimentar uma prática educativa que se ocupava em entender a possibilidade de uma qualidade outra nas relações pedagógicas, diferente de um programa de alfabetização que tem como finalidade última ensinar a ler e escrever. O Sapé não estava em busca de uma metodologia de alfabetização que fosse capaz de resolver o problema do analfabetismo no país. Tampouco desejava criar uma teoria ou um conceito de alfabetização.

O Sapé estava preocupado em entender a ação educativa, considerando os sujeitos e os saberes que nela entram em relação. Estava apostando com radicalidade no conhecimento do outro como algo capaz de criar aprendizado e mudar os poderes, como tão bem no lembra Antônio Cícero de Souza, Ciço, lavrador de Caldas-MG⁶:

Agora, o senhor chega e diz que até podia ser diferente, não é assim? Que não é só pra ensinar aquele ensininho apressado, pra ver se velho aprende o que menino não aprendeu. Então que podia ser um tipo duma educação até fora da escola, sala. Que faz assim dum jeito misturado com o-de-todo-dia da vida da gente daqui. Que podia ser um modo desses de juntar saber com saber e clarear os assuntos que a gente sente, mas não sabe. Isso?

Como o senhor mesmo disse o nome: “educação popular”, quer dizer, dum jeito que pudesse juntar o saberzinho da gente, que é pouco, mas não é, eu lbe garanto, e ensinar o nome das coisas que é preciso pronunciar pra mudar os poderes. Então era bom. Então era. O povo vinha. Vinha mesmo e havia de aprender. E esse, quem sabe? É o saber que tá faltando pro povo saber? (BRANDÃO, 1980, Prefácio)

⁶ Essa fala de Ciço foi publicada originalmente como prefácio, no livro *A questão política da educação popular*, organizado por Carlos Rodrigues Brandão e cuja primeira edição data de 1980. O texto inspirou a construção do I SEEJA – Seminário de Educação de Jovens e Adultos da PUC-Rio em 2010 e na publicação se originou desse seminário Brandão (2010), descreve o contexto em que conheceu Antônio Cícero e pôde gravar esse depoimento dele sobre educação.

Dando ênfase à fala de Ciço e pensando na negociação como uma relação pedagógica possível, recoloco a pergunta como encerramento das reflexões acerca da “Pesquisa Confronto”: “será que não é esse o saber que está faltando pro povo saber?”.

Considerações finais

O estudo aqui relatado trouxe à tona algumas reflexões instigantes para o campo da EJA e educação popular, dentre elas podemos citar: a explicitação da potência que têm os estudos da memória no campo da Educação Popular; o caráter inovador da pesquisa implementada pelo Sapé e o uso da pesquisa-ação como metodologia alternativa de trabalho que questiona o próprio campo da pesquisa em educação.

Contudo, a questão principal que trago para discutir na finalização desse trabalho diz respeito ao objeto da pesquisa do Sapé. O trabalho de investigação feito representa uma espécie de síntese de muitas questões que vinham sendo exploradas no campo da educação popular desde muito tempo, e que buscavam entender, em última instância, a qualidade da relação pedagógica que se estabelece na produção/transmissão de conhecimento nesse campo. Nesse sentido, a ideia da “negociação” como relação pedagógica discutida nessa pesquisa é bastante atual porque nela estão presentes duas dimensões importantes da prática educativa: as relações de poder e a negociação cultural (ACEVEDO, GÓMEZ Y ZÚÑIG 2016; MEJÍA, 2013).

Essas dimensões estavam presentes no debate sobre a produção de conhecimento por adultos não alfabetizados desde os anos 1960, e desafiavam as experiências de educação e cultura popular. Estava claro que toda relação pedagógica é permeada por uma relação de poder e que o conhecimento científico superpõe o conhecimento próprio das camadas populares. Do mesmo modo estava claro que, se reconhecemos que os grupos populares produzem um pensamento sobre o mundo e sobre as coisas, é preciso que a relação pedagógica seja capaz de abrir espaço de expressão para esse pensamento, deslocando o lugar de poder que o conhecimento científico ocupa nessa relação.

Embora todas essas questões já estivessem postas, elas não estavam resolvidas. Esses temas foram mais explorados em uma etapa posterior, fundamentados nos contextos que se seguiram nos anos 1970 e 1980. O estudo aqui apresentado nos ajuda a entender, por exemplo, como a noção de diálogo, tão bem trabalhada por Paulo Freire, assume outros contornos e avança na perspectiva do confronto de saberes e como essa discussão

abre espaço com base nos estudos culturais na América Latina, para a noção de negociação cultural.

A atualidade dessas questões nos convoca, hoje, a pensar na possibilidade de novas formas de aprendizagem, de conhecimento e de vivenciar as relações de poder por um outro prisma.

Referências

Acevedo, M.; Gómez, R.; Zúñig, M. Pedagogía popular: una construcción a partir de el diálogo de saberes, la participación comunitaria y el empoderamiento de sujetos sociales. *In: Candales, L.; Mejía J. M. R.; Muñoz, J. Pedagogías y metodologías de la educación popular – “se hace camino al andar”*. Bogotá: Ediciones Desde Abajo: CEAAL, 2016.

Amorim, M. A contribuição de Mikhail Bakhtin: a tripla articulação ética, estética e epistemológica. *In: Freitas, M. T.; Jobim; Souza, S; Kramer, S. (Orgs.). Ciências Humanas e Pesquisa: Leituras de Mikhail Bakhtin*. 2. ed. São Paulo, Cortez Editora, 2007.

Bezerra, A.; Rios, R. La negociación: una relación pedagógica posible. *In: DAM, A.; Martinic, S.; Petter, G. (Orgs.) Cultura y Política en Educación popular: principios, pragmatismo y negociación*. La Haya: Centro para el Estudio de la Educación Popular en países en vías de desarrollo (CESO), 1995 – (CESO – Paperback: nº 22) – versão em português (mimeo).

Brandão. C. R. (Org.). *A questão política da educação popular*. – 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

Brandão. C. R.. Um lavrador um dia em Minas. *In: COSTA, R. P.; CALHAU, S. “... e uma educação pro povo, tem?”*. Rio de Janeiro: Caetés, 2010.

Burke, Peter. *O que é história cultural*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

Costa, R. P. *Poder e negociação como relações pedagógicas: memória da pesquisa Confronto de sistemas de conhecimento na educação popular*. 2018. Tese (doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

Fávero, O.; Tavares, G. *Nos bastidores da memória: 50 anos de educação popular – 1965/ 2015*. [Recurso eletrônico - DVD]. Campos dos Goytacazes: UENF, CREMEJA – Centro de Referência e Memória da educação de Jovens e Adultos, 2017.

Garcia, P. B. O Olho de Outro: algumas anotações sobre alfabetização de adultos. 3. ed. *Cadernos de Educação Popular, n. 8*. Petrópolis: Editora Vozes/Nova - Pesquisa e Assessoria em Educação, 1985.

Garcia. P. B. Saber popular/Educação popular. *Cadernos de Educação Popular, n. 3*. Rio de Janeiro: Vozes; NOVA – Pesquisa, Assessoria e Avaliação em Educação, 1986.

Halbwachs. *A memória coletiva*. São Paulo: Vertice, 1990.

Le Goff, J. *História e memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.

Mejía, M. R. La Educación Popular: una construcción colectiva desde el sur y desde abajo. In: STRECK, D. ESTEBAN, M. T. (Orgs.). *Educação Popular: lugar de construção social coletiva*. Petrópolis: Vozes, 2013.

Munteal Filho, O. O historiador e os arquivos. In: Mattos, I. R. (Org.). *Ler e escrever para contar: documentação, historiografia e formação do historiador*. Rio de Janeiro: Access, 1998.

Neves, M. S. História, memória e memorialística. *Esboços – Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC*, v.11, n. 11, 2004.

Nora, P. Entre a memória e a história. A problemática dos lugares. In: *Les lieux de mémoire*. I La République, Paris: Gallimard, 1984. Tradução de Yara Aun Khoury – (autorizada pelo editor). Departamento de História da PUC-SP. Proj. História. São Paulo. 1993.

Pereira, R. M. R. Um pequeno mundo próprio inserido num mundo maior. In: Pereira, R. R.; Macedo, N. (Orgs.). *Infância em pesquisa*. Rio de Janeiro: Nau, 2012.

Ramalho, J. R.; Esterci, N. (Orgs.). *Militância política e assessoria: compromisso com as classes populares e resistência à ditadura*. São Leopoldo: Oikos, 2017.

Rocha, R. Educação Popular e Poder. In: *Cadernos CEDI nº 6*. Rio de Janeiro: CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação, 1980.

Vieira, M. C. *Memórias-testemunhos de educadores: contribuições da Educação Popular à Educação de Jovens e Adultos*. Curitiba: CRV, 2016.